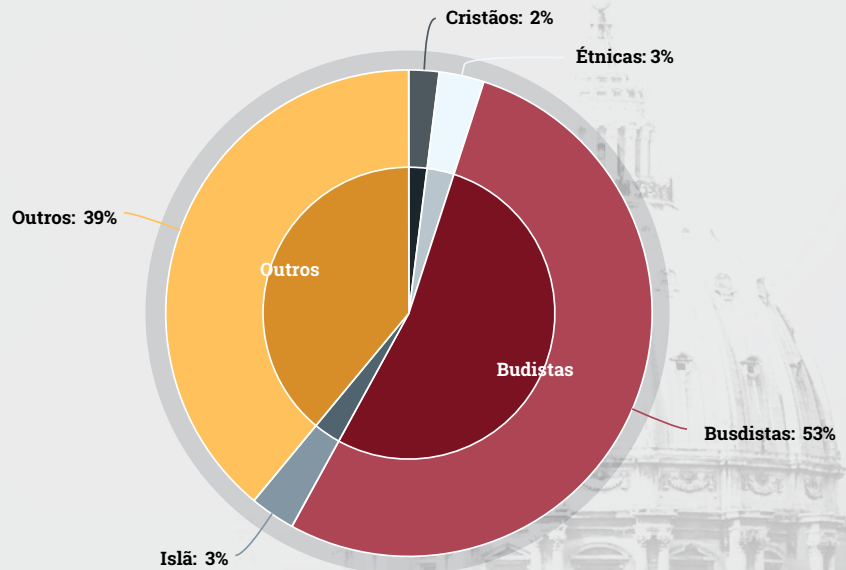


Mongólia



A Mongólia é um dos países do mundo mais escassamente povoados. É um território de desertos, estepes e montanhas. É também um país que está atravessando grandes revoluções sociais. Em 1989, após o colapso da União Soviética, a Mongólia tornou-se uma democracia e a sua antiga economia de planeamento estatal foi privatizada, no sentido de uma economia de mercado liberal. Na altura da independência, apenas 27% dos mongóis viviam na capital, Ulaanbaatar. Mas nos últimos anos, devido à força económica em crescimento, estimulada pela exploração de vastos recursos naturais (carvão e vários outros minérios), e também ao fato de vários Invernos particularmente rigorosos terem dizimado os seus rebanhos, um grande número de nômades acabou sendo atraído para a capital. Hoje em dia, quase metade da população de cerca de 3 milhões de mongóis vive em Ulaanbaatar e cerca de 40 mil pessoas chegam e instalam-se ali todos os anos.

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

Nesta paisagem humana, económica e política em rápida mudança, a paisagem religiosa também está passando por grandes mudanças. O fim do domínio soviético trouxe o regresso à liberdade religiosa, e a Constituição adotada em 13 de janeiro de 1992 garante todas as liberdades básicas, incluindo a liberdade religiosa. A Constituição estipula oficialmente o princípio da separação entre o Estado e os

grupos religiosos. Contudo, embora o Budismo praticado pelos mongóis^[1] não tenha de maneira nenhuma o estatuto de religião oficial, a lei mongol afirma mesmo assim que o Governo deve respeitar o Budismo por ser a religião maioritária da população, sendo que esta afirmação de respeito é justificada pela necessidade de preservar a unidade do país e defender a história e a cultura mongol.

Parece, no entanto, que, recentemente, a liberdade religiosa abrangente que andava de mãos dadas com a abertura do país durante a década de noventa, depois de décadas de comunismo, está agora sendo progressivamente substituída por uma burocracia restritiva e intrusiva que procura verificar o desenvolvimento de várias comunidades religiosas diferentes que são consideradas como “estranhas” à cultura nacional, como é nomeadamente o caso de várias comunidades cristãs.

Esta repressão é alcançada através de uma miríade de regulamentos e normas administrativas a que as várias organizações religiosas se devem submeter, pois são tratadas da mesma forma que as ONG. Daí que as organizações religiosas não possam funcionar a não ser que estejam registradas junto da Autoridade Geral, uma instituição do Estado. A lei, no entanto, não estipula por quanto tempo é que os certificados

[1] O Budismo mongol é um ramo do Budismo Tibetano Vajrayana, que é uma grande miscigenação com o Xamanismo local. Introduzido há séculos, tornou-se na religião estatal do Império Mongol no séc. XIII após a visita do Lama Tibetano Sakya Pakya. Depois de quase ser erradicado, juntamente com todas as outras religiões, no âmbito do regime totalitário estalinista que tomou o poder na Mongólia na década de vinte, o Budismo está a viver um renascimento hoje em dia e é reconhecido como sendo a espiritualidade de mais de metade do povo Mongol.

de registro emitidos por este órgão são válidos, para que na realidade as administrações locais determinem por si próprias a duração dessa validade.

Na prática, as organizações religiosas veem-se obrigadas a renovar os seus certificados de registro todos os anos e, para isso, têm de se dirigir a seis órgãos administrativos distintos, a nível local e nacional. É um processo demorado, cansativo e até certo ponto imprevisível, pois algumas províncias são muito mais resistentes do que outras a fornecer certificados de registro.

Uma das condições mais restritivas, e que se aplicam a todas as organizações estrangeiras presentes na Mongólia, é o requisito de incluir uma certa percentagem de funcionários mongóis. Esta percentagem vai dos 25 aos 95%, conforme o setor de atividade específico. Todos os anos é publicada uma lista especificando a percentagem necessária e às organizações que não se encontrem nos setores especificados é automaticamente atribuída uma percentagem máxima de 95% de funcionários locais. Esta é a situação que mais afeta as organizações religiosas, em particular as Igrejas cristãs e os seus líderes, cujo pessoal e financiamento continuam a ser maioritariamente de origem estrangeira. Estas entidades religiosas levantaram objeções a este sistema. A Igreja Católica é aqui uma exceção, pois, embora quase todas as organizações religiosas tenham o estatuto de ONG e tenham que empregar 95% de membros locais, a Igreja Católica conseguiu obter uma cota de apenas 75%.

INCIDENTES

Este sistema de cotas coloca um problema real à Igreja Católica. Em 2014, o Bispo Wenceslas Padilla, Prefeito Apostólico de Ulaanbaatar, que é um missionário filipino da Congregação do Imaculado Coração de Maria (CICM), embora expressasse satisfação com a liberdade religiosa garantida pelo Governo, ao mesmo tempo lamentou os fardos impostos por estas normas. “De acordo com estas cotas, a Igreja Católica deve, em teoria, empregar mais sessenta pessoas, mas nós não temos dinheiro para pagar os seus salários”, observou o bispo, acrescentando que, se a lei fosse aplicada *stricto sensu*, “então treze missionários (num total de pouco mais de oitenta) seriam forçados a ir embora”.

Esta situação foi confirmada por um homem de negócios ocidental que se estabeleceu em Ulaanbaatar há vários anos e que explicou, falando anonimamente:^[2] “Cerca de dezoto templos protestantes foram oficialmente fechados só na província de Darkhan-Uul”, por várias infrações a esta norma. E acrescentou que, embora o país seja amplamente aberto ao investimento estrangeiro, quando se trata de preencher o quadro de pessoal, esta restrição é um fardo pesado para as organizações cristãs. “Para um pastor estrangeiro, torna-se

[2] Eglises d'Asie: “L'Eglise catholique continue sa croissance dans la discrétion”, 25 de Abril de 2014 (<http://eglisie.mepasie.org/asia-du-nord-est/mongolie/2014-04-25-l2019eglise-catholique-continue-sa-croissance-dans-la-discretion>).

necessário empregar dezenove mongóis, algo que vai para além da capacidade da maior parte das comunidades cristãs... Um número considerável de pastores [sul]-coreanos obtiveram um visto de negócios, enquanto na realidade vêm para evangelizar, algo que é cada vez menos tolerado pelas autoridades”, explicou o homem de negócios.

Uma das primeiras comunidades a ser alvo desta legislação, que ainda é mais ou menos aplicada de forma desigual, foi a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, que alega ter 10 mil seguidores no país. Vários dos seus missionários americanos foram forçados a abandonar o país por causa desta lei que governa as cotas dos funcionários mongóis.^[3]

Para além desta questão das cotas para os funcionários locais, as organizações religiosas, e em particular as cristãs, encontram dificuldades recorrentes em obter as autorizações necessárias para construir e estabelecer locais de culto. De acordo com o registro da Autoridade Geral, em 2014 o país tinha um total de 656 locais de culto, dos quais 289 eram budistas, 266 eram cristãos (de todas as denominações), enquanto os restantes se dividiam entre vinte e oito locais de culto muçulmanos, vinte e um xamanistas e cinquenta e dois pertencentes a outros grupos religiosos.^[4] Num país onde os cristãos representam apenas 2% da população, alguns responsáveis estatais fizeram saber aos líderes das comunidades cristãs que, na sua perspectiva, já havia “demasiadas” igrejas no país e que, por isso, não iriam conceder mais autorizações para novos locais de culto cristãos.

Para a Igreja Católica, que celebrou o 20.º aniversário da sua presença no país em 2012 e que cresceu de zero aderentes em 1992 a cerca de 1.000 hoje em dia, estes obstáculos burocráticos representam dificuldades reais. A Igreja Católica gere vários centros para crianças de rua, jovens, idosos e deficientes, e também gere clínicas e centros médicos num país onde as infraestruturas sociais e de saúde são escassas. Apesar disso, não tem mais de dez locais de culto e está procedendo com muita prudência nos seus pedidos à administração. Nas vinte e uma províncias da Mongólia, dezessete não têm qualquer local de culto católico. É o caso, por exemplo, da província central, onde as Irmãs de São Paulo de Chartres gerem uma escola há quinze anos, mas ainda não conseguiram obter autorização para construir um local de culto, apesar de inúmeros pedidos de cristãos da região.

Em 18 de janeiro de 2016, Enkh (cujo nome significa “paz” em mongol) Baatar, de 29 anos, regressou à Mongólia depois de passar vários anos estudando para o sacerdócio na Coreia do Sul.^[5] Foi ordenado sacerdote em 28 de agosto de 2016, tor-

[3] The Cumorah Project: “Recent Stagnant LDS Growth in Mongolia” de Matt Martinich, 9 de Agosto de 2013 (http://www.cumorah.com/index.php?target=view_other_articles&story_id=594&cat_id=30).

[4] Departamento de Estado Norte-Americano, Gabinete de Democracia, Direitos Humanos e Trabalho: International Religious Freedom Report for 2014: “Mongolia” (<http://www.state.gov/documents/organization/238528.pdf>)

[5] The Hankoyreh: “Baatar Enkh prepares to return to Mongolia as its first Catholic priest”, 19 de Janeiro de 2016 (http://english.hani.co.kr/arti/english_edition/e_

nando-se assim o primeiro sacerdote católico mongol.^[6] Para além da importância eclesial e apostólica da sua ordenação para a Igreja Católica, também vai haver consequências imediatas, pois, pela primeira vez, a vigararia apostólica de Ulaanbaatar vai ter direito a ser proprietária e a ter o seu próprio representante legal. Pois, segundo a legislação existente, apenas um cidadão mongol pode ser proprietário ou dirigir uma organização religiosa. É por isso que a responsável principal da Igreja Católica na Mongólia é a secretária da prefeitura apostólica: ela é a proprietária oficial da maior parte dos terrenos que pertencem à prefeitura apostólica em Ulaanbaatar.

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Em 2012, no 20.º aniversário da chegada da Igreja Católica à Mongólia, o Bispo Padilla revisou a história da Igreja, que tinha originalmente chegado a convite do Governo da Mongólia em 1992, devido aos serviços que conseguia prestar nas áreas social e educativa. Vinte anos mais tarde, Padilla descreveu a Igreja como estando “sob vigilância”.^[7]

Esta é uma conclusão que ainda é válida quatro anos mais tarde. E ainda é mais complicado por causa dos riscos trazidos pela expansão econômica extremamente rápida. Os lucros gerados pela extração de carvão e outros minerais que abundam no subsolo da Mongólia trouxe um enorme e rápido enriquecimento para uma minoria, sem que este saquear dos recursos naturais do país trouxesse qualquer benefício real para a maioria. Hoje em dia, o principal travão à expansão das religiões, seja no coração do Budismo local ou entre as comunidades cristãs em crescimento, parece ser a crescente secularização que o país está vivendo, em particular na sua capital, Ulaanbaatar, que continua sendo engolida por um êxodo rural mal controlado.

international/726882.html).

[6] Ucanews: “Mongolian seminarian returns home ahead of ordination”, 20 de Janeiro de 2016 (<http://www.ucanews.com/news/mongolian-seminarian-returns-home-ahead-of-ordination/75008>).

[7] Eglises d’Asie: “Le préfet apostolique dresse le bilan des 20 ans d’existence de la jeune Eglise catholique de Mongolie”, 10 de Julho de 2012 (<http://eglasie.mepasie.org/asia-du-nord-est/mongolie/2012-07-10-le-prefet-apostolique-fait-le-bilan-des-20-ans-d2019existence-de-la-jeune-eglise-catholique-de-mongolie>).